

**PROTOCOLO DE PARCERIA**  
**ENTRE**  
**INSTITUTO DA INVESTIGAÇÃO E DO PATRIMÓNIO CULTURAIS**  
**E**  
**ORDEM DOS ARQUITECTOS DE CABO VERDE**

Considerando o interesse de que se reveste o estreitamento das relações técnico-científicas entre as duas instituições e animadas pelo firme propósito de, através de uma sólida e profícua parceria, potenciar as condições que lhes permitam cumprir eficazmente as missões que lhes são confiadas;

A Ordem dos Arquitectos de Cabo Verde - OAC - , foi criada pelo Decreto-Lei nº 60/99, de 11 de Outubro, e os novos Estatutos aprovado pelo Decreto-Lei nº 43/2009, de 9 de Novembro de 2009, é uma associação pública com personalidade jurídica, representativa dos licenciados em arquitectura e urbanismo, representado no acto pelo seu Bastonário, Arquitecto César Rolando Monteiro de Freitas,

e

o Instituto da Investigação e do Património Culturais, abreviadamente - IIPC -, criado pelo Decreto-Regulamentar n.º 2/2004, de 17 de Maio, instituição governamental com atribuições para investigar, preservar e valorizar o património cultural nacional, representado no acto pelo seu Presidente, Doutor Humberto da Cruz Lima,

é celebrado o presente Protocolo que se rege pelas seguintes cláusulas:

  
Cim

## **Cláusula I**

### **(Objecto)**

O Objectivo deste Protocolo é criar as condições básicas para promover acções e colaborações entre as duas instituições na problemática comum de **defesa e preservação do Património Construído Nacional**, optimizando os recursos de que dispõem, de uma forma concertada e integrada.

## **Cláusula II**

### **(Modalidades de Cooperação)**

Pelo presente Protocolo, as Partes concordam e comprometam-se à:

- a) Articular de forma conjunta a competência técnica e equipamentos com vista a realização de projectos programados ou pontuais, sem pôr em causa o normal funcionamento de cada Instituição.
- b) Colaborar nos domínios técnico, profissional e científica na área de suas actividades, abrangendo, entre outras, as seguintes acções:
  - Realização conjunta de conferências, seminários ou cursos de formação específica e outros eventos;
  - Participação mútua em congressos, colóquios organizados por qualquer das instituições acima referidas;
  - Apoio a projectos de investigação conduzidos nas referidas instituições;
  - Desenvolvimento de projectos programados ou outros pontuais, de modo conjunto, cujo interesse decorra das responsabilidades de cada uma das entidades;
  - Emissão de Pareceres Conjuntos sempre que se justificar e solicitado por uma das partes;

  
Célio



- Permuta de documentação e publicações, resultantes dos trabalhos de pesquisas realizadas nas respectivas instituições;
- Cooperar em publicações de trabalhos de interesse mútuo;
- Divulgação de actividades realizadas nas duas instituições.

### **Cláusula III**

#### **(Visibilidade)**

As instituições comprometem-se através deste Protocolo conferir a maior visibilidade possível às actividades, nomeadamente através da Comunicação Social, Internet, ou outros meios promovidos por cada uma das instituições. O nome e o logótipo das instituições deverão constar em todas as acções empreendidas no âmbito da realização do presente Protocolo.

### **Cláusula IV**

#### **(Encargos)**

- a) Em conferências, palestras e outras actividades afins realizadas em conjunto, os custos serão repartidos entre as Partes, em proporções a estabelecer caso a caso;
- b) Para as actividades referidas na alínea anterior e outras que impliquem utilização de espaços físicos das Partes, tais espaços serão concedidos a custo zero;
- c) As partes concordam em esforçar-se a adquirir os meios indispensáveis à materialização das disposições deste Protocolo e dos programas adicionais futuros, que não se enquadrem nas alíneas procedentes;
- d) As partes comprometem-se a acordar previamente, caso a caso, os valores para a prestação de colaboração e de serviços prestados por cada instituição, por forma a cobrir os custos reais e administrativos dispendidos, por cada instituição, no âmbito dos trabalhos a realizar.



### **Cláusula 5ª**

#### **(Vigência e entrada em vigor)**

- a) O presente Protocolo é valido por período indefinido e entra em vigor imediatamente após a sua assinatura pelas Partes;
- b) A anulação ou cessação do Protocolo será efectiva três meses, após respectiva decisão e comunicação entre as Partes;
- c) Todas as modificações e adendas a este Protocolo requerem a aprovação, por escrito, por ambas as Partes.

### **Cláusula 6ª**

#### **(Casos Omissos)**

Os **Casos Omissos** ou duvidosos serão resolvidos por comum acordo e, na falta dele, nos termos da legislação aplicável.

**Feito na Cidade da Praia, 18 de Outubro de 2011.**

**Pela**

**Ordem dos Arquitectos**



Arq. César Freitas  
Bastonário

**Pelo**

**Inst da Inv. e do Pat. Culturais**



Doutor Humberto Lima  
Presidente